

# Ata da 2ª Reunião Ordinária

---

11 DE NOVEMBRO DE 2022

**Grupo de Trabalho 2º Grau**



## ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GT 2G

### Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
11/11/2022	9h	11h40m	Videoconferência – Microsoft Teams

### Pauta

Item	Descrição
1	<b>Apresentação das novas Coordenações de Inteligência Temáticas: 1. Coordenação de Tratamento à Alta Litigiosidade do Contencioso Tributário: Coordenador Juiz de Direito Lauro Fontes Junior, Titular da Vara de Fazenda Pública e Execução Fiscal da Comarca de Parauapebas; 2. Coordenação de Tratamento Adequado às Demandas Estruturais e de Alta Complexidade, Coordenadora Juíza de Direito Kátia Parente Sena, Titular da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Belém. Substituição da coordenação da Coordenadoria de Otimização da Prestação Jurisdicional com Métodos de Inovação e Uso de Tecnologia: Coordenador Juiz de Direito João Valério de Moura Júnior, Titular da Vara Criminal da Comarca de Rondon do Pará;</b>
2	<b>Apresentação dos seguintes painéis de business intelligence (BI) para monitoramento de: processos sobrestados em decorrência de precedentes judiciais qualificados; demandas repetitivas e predatórias; ações coletivas;</b>
3	<b>Submissão de proposta de Nota Técnica a respeito do Tema 952 de Recursos Repetitivos do STJ aos Gabinete de Direito Privado;</b>
4	<b>Avisos: treinamentos com previsão para janeiro de 2023. Inclusão do Grupo de Trabalho do Segundo Grau no portal do Cijepa;</b>
5	<b>Prêmio CNJ de Qualidade;</b>
6	<b>O que ocorrer.</b>

### Participantes

Nº	Integrantes	Órgão/Tribunal	Registro participação <sup>1</sup>
1	Charles Menezes Barros	Juiz de Direito do Grupo Operacional do Cijepa	A
2	Cesar Augusto Puty Paiva Rodrigues	Juiz de Direito da Cogepac e do Grupo Operacional do Cijepa	P
3	João Valério de Moura Júnior	Juiz de Direito do Grupo Operacional do Cijepa	A

<sup>1</sup> P (presença)  
A (ausência)

4	David Jacob Bastos	Juiz de Direito Coordenador de Inteligência Temática para Formação de Precedentes Qualificados (Cijepa)	A
5	Kátia Parente Sena	Juíza de Direito do Grupo Operacional e Coordenadora de Inteligência Temática para Otimização de Prestação Jurisdicional (Cijepa)	A
6	Agenor Nascimento Cássio Correia de Andrade	Juiz de Direito Coordenador de Inteligência Temática para Prevenção e Solução Pré-Processual de Litígios (Cijepa)	P
7	Aline Cysneiros Landim Barbosa de Melo	Juíza de Direito Coordenadora de Inteligência Temática para Combate ao Uso Indevido do Sistema de Justiça (Cijepa)	P
8	Lauro Fontes Junior	Juiz de Direito Coordenador de Inteligência Temática para Tratamento da Alta Litigiosidade do Contencioso Tributário (Cijepa)	P
	Caroline Moutinho Barbosa	Gabinete do Des. Leonardo Tavares	P
	Charlei Gomes de Souza Miranda	Gabinete da Desa. Maria Filomena Buarque	P
	Victor Renato da Silva Maués	Gabinete do Des. Constantino Guerreiro	P
	Adriano da Gama Bastos	Gabinete da Desa. Maria do Ceo Coutinho	P
	Patrícia da Costa Bello	Gabinete Juíza Convocada Margui Bittencourt	P
	Antônio da Silva Pereira Neto	Gabinete do Des. Ricardo Nunes	P
	Diego Andrade Pinheiro	Gabinete da Desa. Maria de Nazaré Saavedra	P
	Tássio Fonseca Barleta	Gabinete da Desa. Gleide Moura	A
	Alcyone Sena Ribeiro de Oliveira	Gabinete da Desa. Célia Regina Pinheiro	P
	Gerson Figueiredo Martins Junior	Secretário das Turmas Recursais	P
	Hanna Alcolumbre Moura	Gabinete da Desa. Célia Regina Pinheiro	P
	Juliana Nassar Nunes de Sousa	Gabinete da Desa. Maria de Nazaré Gouveia	P
	Diego Maués da Costa do Vale	Gabinete de Des. Amilcar Roberto Guimarães	P
	José Mauro de Carvalho Vianna	Gabinete do Juiz Convocado José Torquato de Alencar	A

Ana Júlia de Melo Marzullo Maia	Gabinete da Desa. Célia Regina Pinheiro	P
Elizeu Lima Souza Junior	Gabinete de Des. Roberto Moura	A
Danyel Houat Nery de Souza	Gabinete de Des. Ezilda Mutran	A
Leila Menezes de Oliveira	Gabinete da Desa. Maria Elvina Taveira	P
Thais Cristiane Lazarini	Gabinete da Desa. Rosileide Maria da Costa	A
Tábata Luciana Martins Gaby	Gabinete da Desa. Luzia Nadja Nascimento	P
Natasha Felipe Frazão	Gabinete do Des. José Maria Teixeira do Rosário	P
Alexandra Carolina Pawlaski Rendeiro	Gabinete do Des. Luiz Gonzaga Neto	A
Marcelo Santos Monteiro	Gabinete do Des. Mairton Carneiro	A
Antônio do Couto Santos Junior	Gabinete da Desa. Vânia Lúcia da Silveira	P
Marina do Valle Farias	Gabinete da Desa. Maria Edwiges Lobato	P
Ana Denize Silva da Costa	Gabinete da Desa. Rosi Maria Farias	A
Rafael Costa de Souza Le Bihan	Gabinete da Des. Rômulo José Nunes	A
Paloma Damasceno Reis	Gabinete da Desa. Vânia Bitar	P
Luíza Celeste Costa Monteiro dos Guimarães	Gabinete do Des. Leonam Cruz Júnior	P
Cintia de Araújo Souza	Gabinete do Des. Ronaldo Valle	A
José Maria dos Santos Filho	Gabinete do Juiz Convocado Altemar Paes	A
Jeovana Rodrigues Miranda	Gabinete da Desa. Maria de Nazaré Gouveia	A
Denize Fernanda Bruno Jardim	Gabinete do Des. José Roberto Bezerra	P
Antonino Cardoso de Freitas Neto	Gabinete da Desa. Eva Coelho	A
Manuella Cruz Nobre	Gabinete da Desa. Kédima Lyra	P
Orlando Cerdeira Bordallo Neto	Chefe de Gabinete da Vice-Presidência	P
Jane Cléa Marques Coutinho	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais (CREE)	P
Felipe Vítor Santos Vasconcellos	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais	P
Adriana Catarina de Carvalho de Paiva	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais	P
Nelson Silvestre Marques Amorim	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais	P

Miguel Lima Reis Junior	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais	P
Silvia Santos de Lima	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais	P
Ana Paula Machado Tárrio dos Santos	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais	P
Camila Amado Soares	Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas	P
Isabela de Almeida Marques da Silva	Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas	P
Antônio Nicolas Godinho de Souza Cavalcante	Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas	P
Luiz Artur Saraiva Filho	Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas	P
Marco Túlio Sampaio de Melo	Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas	P
Kátia Maria Franco Bastos	Secretaria Judiciária	P
Felipe Wanderley Matos de Abreu	UPJ Cível	P
Idalúcia Alves Furtado	UPJ Cível	P
Tânia Mara Gonçalves Souza	UPJ Penal	P
Elzamar Gonçalves Araújo	Seção Penal	P
Gerson de Miranda Lopes	Seção Cível	A
Fabricio José Uchoa Correa	DPGE	P

## I – Abertura da reunião:

O Juiz Auxiliar da Vice-Presidência, Dr. Cesar Augusto Puty Paiva Rodrigues, fez a abertura da reunião, dando boas vindas ao Magistrado Lauro Fontes Junior, recentemente nomeado como Coordenador de Inteligência Temática do Centro de Inteligência do TJPA, enquanto que a servidora Camila Amado Soares fez uma breve explanação sobre os objetivos e participantes do Grupo de Trabalho do 2º Grau.

## II – Pauta:

No **primeiro item da pauta** foram apresentadas as novas Coordenações Temáticas de Inteligência do Centro de Inteligência do Estado do Pará, bem como os magistrados designados para coordená-las.

Já no **segundo item da pauta**, foram expostos os Painéis de BI de Processos Sobrestados e de Gerenciamento de Ações Coletivas.

Durante a exposição sobre o Painel de Processos Sobrestados, foi destacada a importância do correto preenchimento da suspensão e do levantamento da suspensão para que o Painel e o Banco Nacional de Precedentes espelhe de forma fidedigna os dados para acompanhamento do acervo em 1º e 2º grau.

---

Foi esclarecido também que nem todas as causas de suspensão são gerenciadas pelo Nugepnac, apenas as sistemáticas da Repercussão Geral, Recursos Repetitivos, IRDR, IAC, SIRDR, Grupo de Representativos e Controvérsia estão espelhadas no Painel. As unidades judiciárias devem sempre ponderar sobre a necessidade de sobrestamento e a garantia de isonomia e segurança jurídica.

Foi disponibilizado aos assessores sugestão de ordem de dessobrestamento a ser executado pela Secretaria. Assim como foi esclarecido que no Portal do TJPA constam tutoriais e cartilhas que orientam como fazer a suspensão e o levantamento de suspensão pelas unidades judiciárias.

Em seguida foi apresentado o Painel de Gerenciamento de Ações Coletivas como projeto inovador no âmbito nacional, a sua importância para evitar a judicialização excessiva e para garantir isonomia nos julgamentos. Foram explicadas as informações nele constantes, quantitativas e qualitativas, bem como a forma de preenchimento do Formulário Web que alimenta os dados qualificados do Painel.

Em razão do pioneirismo na execução desse projeto, a servidora Camila Amado Soares informou que foi convidada para expor sobre as iniciativas atualmente executadas pelo Nugepnac do TJPA quanto ao gerenciamento dos processos coletivos no IV Encontro Nacional de Precedentes organizado em parceria pelo Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. Igualmente foi informado que o STJ também está iniciando o monitoramento das ações coletivas através da implantação do Sistema Teori.

A importância do gerenciamento é monitorar as ações coletivas originárias, bem com o impacto destas ações paradigmas nas demais ações individuais, inclusive através da criação de códigos específicos da TPU que facilitem o monitoramento.

Em razão do adiantar da hora, a exposição do Painel de Monitoramento de Demandas Predatórias foi transferida para a próxima reunião.

Na sequência, foi tratado o **terceiro item da pauta** que trata da discussão que envolve o Tema 952 dos Recursos Repetitivos do STJ.

Após explanação das inúmeras questões controversas a respeito do Tema, foi realizado um estudo pelo Centro de Inteligência e redigida uma Nota Técnica que será submetida aos assessores dos Gabinetes de Direito Privado para análise, discussão e posterior deliberação em reunião. O objetivo da emissão da Nota é orientar os magistrados e desembargadores para buscar solução e direcionar a aplicabilidade do Tema no âmbito do nosso Tribunal. A Nota Técnica será enviada pelo Teams e pelo grupo do Whatsapp.

No **quarto item da pauta**, foi dado conhecimento a todos sobre alguns avisos de interesse do Grupo de Trabalho. Foi avisado que acontecerão mais dois módulos do curso ministrado pelo Assessor Marcelo Ornellas Marchiori sobre a prática de aplicação de precedentes aos Grupo de Trabalho no mês de janeiro de 2023. As tratativas estão sendo finalizadas junto à Escola Judicial.

Os gabinetes devem escalar um representante para serem propagadores do conhecimento exposto no curso.

Foi informado que no Portal do TJPA já consta o Grupo de Trabalho do 2º Grau, bem como os normativos de criação e os registros das reuniões mensais realizadas.

Por fim, quanto **ao quinto e último item da pauta**, foi explicada a recente exigência trazida pelo Prêmio CNJ de Qualidade quanto ao julgamento de mérito de, pelo menos, três IRDRs até agosto de 2023 para pontuação. Diante do processo longo que envolve admissão, audiência pública e julgamento do mérito dos incidentes e a exiguidade do tempo, foi sugerido aos assessores que os gabinetes de Direito Público, Privado e Penal se reúnam e apresentem propostas de temas específicos para suscitação de IRDR ou IAC para reafirmação de jurisprudência, conforme modelo disponível no Portal do TJPA.

O Nugepnac irá criar um modelo de suscitação de IRDR para reafirmação de jurisprudência e disponibilizar no Portal do TJPA.

O trabalho seria conjunto entre os gabinetes e um Desembargador seria eleito para suscitar o incidente e firmar o precedente qualificado, garantindo segurança jurídica.

Sugestão de criação de painel para aferição de redução de demandas diante da formação de precedentes através de IRDR e IAC, uma vez que os resultados demonstrariam a necessidade de adesão às sistemáticas.

### III – Deliberações:

- 1) Disponibilizar a minuta de Nota Técnica sobre o Tema 952 para análise, discussão e deliberação entre os assessores do Grupo de Trabalho.
- 2) Aguardar as sugestões de temas pelas Seções de Direito Público, Privado e Penal (um de cada Seção) para propositura de IRDR ou IAC, viabilizando assim a pontuação exigida pelo Prêmio CNJ de Qualidade;
- 3) A próxima reunião ficou preagendada para o **dia 16/12/2022, às 9 horas**, tendo como pauta a apresentação do Painel de Demandas Predatórias, criado em parceria com a Secretaria de Informática do TJPA; a devolutiva dos Gabinetes de Direito Privado sobre a Nota Técnica relacionada ao Tema 952 do STJ; e as sugestões de assuntos a serem submetidos a IRDR ou IAC trazidas pelas Seções de Direito Público, Privado e Penal.

### IV - Registro da reunião:

